



## 2.6 • Nacionalismos e separatismos

### O impasse político na questão cipriota

Paulo Carvalho Vicente

A DIVISÃO DA ILHA DE CHIPRE apresenta-se como uma das realidades mais paradoxais de fraccionamento de soberanias numa área geográfica outrora unida. Vários actores políticos têm manifestado interesses divergentes quanto à resolução da questão cipriota, mas simultaneamente este parece ser um tema que, no essencial, tem passado despercebido à opinião pública europeia. Das origens à actualidade, a evolução de um dos mais duradouros conflitos europeus com claras implicações geopolíticas, não obstante Chipre ser membro da União Europeia (UE) desde 2004.

#### Genealogia da independência

A localização geoestratégica de Chipre – desde tempos remotos um ponto de passagem entre a Europa, a Ásia e África – tem sido a razão para sucessivas invasões e ocupações do seu território ao longo da história.

Durante o domínio britânico sobre a ilha, os cipriotas gregos já manifestavam o desejo de se unirem à Grécia. No entanto, apesar de constituírem a maioria da população da ilha, os cipriotas gregos dividiam-na com os cipriotas turcos, ali instalados pelo menos desde o século XVI, e constituindo quase vinte por cento da população. Como uma reacção à *enosis* (integração na Grécia), a comunidade cipriota turca desenvolveu o desejo de *taksim*, ou seja, divisão da ilha entre as áreas turca e grega. Com a independência da ilha em relação ao Reino Unido, em 1960, o regime político adoptado tinha por base a divisão de poder entre as duas comunidades.

“  
A resolução do diferendo em Chipre não pode ignorar que se trata de uma ilha estratégica da área mediterrânica com particularidades muito específicas.

A partir de Dezembro de 1963, a equidade política entre as duas comunidades foi eliminada e aos cipriotas turcos coube apenas o *status* de minoria, o que provocou um conflito, deixando milhares de mortos e mais de 300.000 refugiados, marcando o início de um processo de limpeza étnica, por meio de migrações forçadas, que isolou as duas comunidades. Já em Março de 1964 se iniciou o envolvimento activo das Nações Unidas na região, com o estabelecimento da UNFICYP

(*United Nations Peacekeeping Force in Cyprus*), hoje a mais antiga missão das Nações Unidas, que ainda conta com tropas operantes.

Do lado turco, Chipre fazia parte do Império Otomano, entregue ao Reino Unido para defesa desse império, nunca tendo feito parte de um Estado grego e pertencendo, do ponto de vista geopolítico, à esfera de influência natural da Turquia. Para os cipriotas gregos, o decisivo e traumático acontecimento desde a independência em 1960 foi a invasão turca de 1974; por outro lado, para os cipriotas turcos o momento de viragem foi a erupção de violência comunal em 1963, para a qual a incursão, também apelidada de «operação de paz», de 1974 foi a resposta. A diferença vocabular a este respeito é bem ilustrativa (Moulakis, 2007; Brey, 1999).

Em 1963 ocorre a primeira crise constitucional, quando as duas partes não são capazes de chegar a acordo sobre a implementação da Constituição de 1960 e os cipriotas gregos exigem a mudança de alguns dos seus artigos. À crise constitucional sucedeu uma guerra entre as duas partes que continuou até 1964. Uma força de manutenção de paz da ONU, constituída por 6.000 homens, teve por missão separar os cipriotas gregos dos cipriotas turcos.

#### Estado particionado

Depois desta guerra civil, Chipre permaneceu um Estado particionado (*partitioned state*) *de facto*. Os britânicos aparecem então como «salvadores», instituindo a Linha Verde na capital, que ainda divide Nicósia. Enquanto os nacionalistas promoviam o ódio entre as duas comunidades, o AKEL (Partido Progressista do Povo Trabalhador) apelava ao restabelecimento de relações entre cipriotas gregos e cipriotas turcos. Os norte-americanos e a NATO associam-se então aos britânicos na tentativa de dividir Chipre com medidas como os Planos Acheson, Ball ou Lemnitzer. O povo cipriota responde com expressivas mobilizações contra a ingerência da NATO. Em 1974, a Turquia invadiu a ilha, ocupando a parte norte e estabeleceu um pseudo-Estado, a República Turca de Chipre do Norte (Kliot & Mansfield, 1997: 497; Barrinha, 2011: 371-372).

Países particionados (*partitioned countries*) são aqueles nos quais a divisão é mais significativa e atravessa os níveis socioculturais, étnicos e até nacionais (Índia, Israel-Palestina, Chipre, Irlanda). A partição é uma solução de “último recurso” por causa da forma como evoca mudanças na soberania. Ao mesmo tempo, pode ser considerada a “melhor das piores soluções” em face do cenário de uma guerra civil total. Chipre é um Estado particionado entre as entidades turca e grega. Neste caso, a partição é uma via para a resolução de uma diversidade destrutiva dentro de um país. Essa

diversidade, em particular o etnonacionalismo de Chipre, foi até escolhida como um clássico estudo de caso para um exercício de geografia política aplicada, concretamente o traçado de novas fronteiras para os cipriotas gregos e cipriotas turcos na ilha. A partição em entidades particionadas tais como Índia/Paquistão, Israel/Palestina, ou Chipre, é entendida (pelos turcos neste último caso) como permanente e em muitos casos foi concebida enquanto tal. Forças externas e internacionais estão frequentemente envolvidas e são extremamente decisivas no processo rumo à partição ou à divisão. Estas forças externas podem ser um poder imperial colonial, tal como no caso do envolvimento britânico na partição do subcontinente indiano, Palestina e Irlanda. Nos casos envolvendo nações divididas (*divided nations*), a rivalidade entre superpotências teve um impacto no processo de divisão, como aconteceu na Alemanha, Coreia e Vietname (Kliot & Mansfield, 1997).

De acordo com Richmond, o etnonacionalismo desempenhou um importante papel na transformação das posições negociais de ambas as comunidades cipriotas durante a década de 1960, legitimando-as inclusivamente. A comunidade cipriota turca procurou, com efeito, justificá-lo para a autonomia argumentando que foi causado pelo irredentismo em Atenas e pelo nacionalismo no lado cipriota grego. A facção cipriota turca queria uma federação ou autonomia, com o apoio da Turquia. A comunidade cipriota grega elaborou um argumento similar, condenando as relações nacionalistas entre a comunidade cipriota turca e a Turquia, bem como a política irredentista de Ancara em relação a Chipre. Esta situação foi vista como instigadora de um obstáculo ao direito de a comunidade cipriota grega perseguir com sucesso o princípio de autodeterminação. A Grécia e a Turquia não queriam violar a soberania e integridade territorial da República de Chipre, mas os dois países actuaram oficiosamente para conseguirem exactamente isso. O alcance político e estratégico dos tratados firmados para Chipre em 1960 pauta-se por uma grande fragilidade, a tal ponto que os quatro principais actores reconheciam a incapacidade de satisfação das suas mais prementes exigências (Richmond, 1999: 51). Em 1974, o conflito teve a sua fase mais violenta, a partir de uma tentativa de golpe de Estado que unira o Chipre à Grécia, realizada por oficiais gregos. A Turquia interveio no conflito, amparada sob os direitos do Tratado de Garantia, processo de independência que atribuiu à Turquia, Grécia e Reino Unido o direito de intervir na ilha com o objectivo de restaurar a ordem constitucional. Durante o golpe, a ditadura então vigente na Grécia caiu e os cipriotas gregos perderam o apoio para a *enosis*. Com isso, os turcos puderam avançar e dominar cerca de 37% da ilha.



### Chipre e divisão da ilha.

Fonte: [http://static.publico.pt/dossiers/chipre/imagem/fotos/chipre\\_info.gif](http://static.publico.pt/dossiers/chipre/imagem/fotos/chipre_info.gif) (Acesso: 6 de Janeiro de 2015).

Em 1979, Spyros Kyprianou, presidente da República de Chipre, reúne com Rauf Denktash e é confirmado que a solução se deveria basear numa federação bicomunal e bizonal – um país, duas comunidades, duas zonas. Esta mesma ideia de federação é adoptada pela ONU e incorporada nas suas diversas resoluções e decisões, que avançam também com a exigência da retirada das tropas turcas e o pedido de respeito pela integridade territorial da República de Chipre. Mas nada disto seria implementado.

Em 1983, os cipriotas turcos declaram a independência da República Turca de Chipre do Norte (RTCN), confirmada apenas pela Turquia. Toda a comunidade internacional reconhece somente a parte cipriota grega como o único regime legítimo da ilha, embora a RTCN seja uma república autónoma *de facto*. Em 1989, a UNFICYP conseguiu promover um acordo de desmilitarização de alguns pontos da fronteira, contribuindo para o relaxamento das tensões entre ambos os lados. Em 1992, o secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, apresentou um conjunto de ideias que visavam unir os elementos para uma solução global. Com o falhanço desta iniciativa, a ONU tentou intermediar um acordo sobre medidas de confiança em 1993 e 1994, que teria incluído a reabertura do aeroporto de Nicósia ao tráfego internacional e a restituição da abandonada secção de turismo de Famagusta aos seus proprietários gregos. Estas medidas provaram ser inexecutáveis.

### O Plano Annan e o futuro

A ONU voltou a ser um actor destacado na tentativa de resolução do conflito entre 2002-2004, nas vésperas da entrada de Chipre na União Europeia. Kofi Annan liderou esforços que culminaram no Plano Annan, uma espécie de mapa do caminho, extremamente detalhado, que propunha uma solução federativa para a ilha. A intenção, claramente, era pôr termo à questão cipriota antes da entrada do país na UE. Cinco versões do Plano Annan foram apresentadas à população, numa tentativa de absorver as demandas de alguns grupos, e assim aumentar as chances de aprovação do plano

em plebiscito popular, que foi realizado em Abril de 2004. Esta foi a primeira vez que a população foi chamada a expressar a sua vontade quanto ao destino da ilha. A campanha para fomentar o apoio popular ao Plano Annan foi concentrada no Chipre do Norte, em razão do passado de deserção dos cipriotas turcos em relação às negociações de reunificação. No entanto, tal tática menosprezou a importância de convencer a população cipriota grega de que o plano também é benéfico para o sul da ilha, o que pode ser apontado como uma das causas para a rejeição do plano por esta comunidade. Além disso, a falta de apoio explícito da Grécia ao plano e o posicionamento da elite governamental cipriota grega contrária à reunificação colaboraram para que 75% dos cipriotas gregos rejeitassem o plano, enquanto 64% dos cipriotas turcos diziam «sim» à reunificação da ilha (Fernandes, 2008). O Plano Annan teria conduzido à criação de uma nova entidade política federal, a República Unida de Chipre, modelada na Confederação Helvética, ou naquilo que a ciência política designa de modelo consensual ou consociativo de democracia (Moulakis, 2007). Desde 2003 foram abertos diversos pontos de passagem ao longo da Linha Verde que divide o país. Foi também a reunificação da ilha – objectivo central da luta dos comunistas cipriotas – que determinou a decisão tomada no congresso do AKEL de 1995 de apoiar a adesão do país à UE, que se concretizaria em Maio de 2004. Com os constrangimentos criados pelo envolvimento das Nações Unidas e pelo comportamento dos actores implicados na questão, é plausível que Chipre caminhe rumo à reunificação, uma federação bicomunal, que dê autonomia a ambas as comunidades, objectivo estabelecido por ambos os presidentes nas rondas de negociação que tiveram o seu início em Setembro de 2008. Enquanto as Nações Unidas se mantêm como actor importante na resolução da questão, a UE busca uma maior actuação, sendo bem-vinda por ambas as comunidades. Não obstante as animosidades étnicas, do histórico de limpeza étnica e das décadas de separação entre as comunidades, existe uma perspectiva muito positiva para a reunificação da ilha.

A comunidade cipriota turca está convencida de que uma possível federação não lhe garante uma independência plena, com plenos poderes sobre a sua zona, e que falhariam na contenção do crescente etnocentrismo grego no futuro. O colapso de Estados multinacionais na era pós-Guerra Fria preocupou cipriotas turcos relativamente às perspectivas de uma solução federal. Pela sua parte, a comunidade cipriota grega considera as posições negociais dos compatriotas turcos como uma prova de que os turcos não querem na verdade fazer parte de um novo Estado multinacional de Chipre (Kliot & Mansfield, 1997: 517). Partição e autodeterminação *versus* soberania e integridade territorial são as posições oficiais, respectivamente, de cipriotas turcos e cipriotas gregos e estes dois princípios são difíceis de colmatar no caso de Chipre.

A resolução do diferendo em Chipre não pode ignorar que se trata de uma ilha estratégica da área mediterrânica com particularidades muito específicas: é uma porta de entrada na Europa e no Mediterrâneo; está na rota do petróleo; tem o potencial para se tornar uma base aérea e uma zona militar estratégica; está na confluência de uma vasta área para abastecimento de logística e equipamento militar. Qualquer discussão sobre o futuro da RTCN tem de ter em consideração o interesse político-económico e a diplomacia militar de alguns dos actores nesta roleta política. O caso precisa de ser reflectido nos quadros regional-global e geoestratégico para uma mais sábia resolução da questão. Na óptica de Ghosh e Aker, há quem preveja para o futuro na ilha a formação de uma República Unida de Chipre, como foi antecipado no Plano Annan, dentro de uma UE alargada, dentro de mais dez ou quinze anos, e dependendo das relações da Turquia com a UE, cuja eventual adesão fará do futuro um tempo auspicioso. Ainda assim, o que se pode afirmar com rigor é que continuam (tibiamente) as negociações entre as partes envolvidas e que a conclusão das mesmas e a solução a que se chegará permanecem uma incógnita. ■

### Referências

- BARRINHA, André (2011). «Turquia». In Maria Raquel Freire (coord.), *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BREY, Hansjörg (1999). «Turkey and the Cyprus question». In *The International Spectator: Italian Journal of International Affairs*, 34:1, pp.111-121.
- FERNANDES, José Pedro Teixeira (2008). *A Questão de Chipre. Implicações para a União Europeia e a Adesão da Turquia*. Coimbra: Almedina.
- GHOSH, B. N. & AKER, Sule L. (2006). «Future of North Cyprus: an economic-strategic appraisal». In *Futures*, 38, pp.1089-1102.
- KER-LINDSAY, James (2007). «The policies of Greece and Cyprus towards Turkey's EU accession». In *Turkish Studies*, 8:1, pp.71-83.
- KLIOT, N. & MANSFIELD, Y. (1997). «The political landscape of partition. The case of Cyprus». In *Political Geography*, vol.16, n.º 6, pp. 495-521.
- MOULAKIS, Athanasios (2007). «Power-sharing and its discontents: Dysfunctional constitutional arrangements and the failure of the Annan Plan for a reunified Cyprus». In *Middle Eastern Studies*, 43:4, pp. 531-556.
- RICHMOND, Oliver P. (1999). «Ethno-nationalism, sovereignty and negotiating positions in the Cyprus conflict: obstacles to a settlement». In *Middle Eastern Studies*, 35:3, pp. 42-63.